

## REPENSANDO A FAMÍLIA

**Junia de Vilhena**

Doutora em Psicologia.

Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica  
da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Psicanalista.

[vilhena@psi.puc-rio.br](mailto:vilhena@psi.puc-rio.br)

Endereço:

Av. Ataulfo de Paiva 135 sl. 613. Leblon. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 22040-020

Fax:

(55) 21-22401072

### RESUMO

Este trabalho parte da indagação acerca do lugar designado à família na estruturação psíquica de jovens. A manutenção, como um ideal, de um modelo de família fundado no amor romântico, em uma sociedade onde os compromissos com a tradição e com as heranças das gerações já não são a base dos laços sociais é examinada. A necessidade de buscar formas alternativas de modelos familiares é discutida, levando-se em conta a inserção dos jovens em uma sociedade de consumo. O pensamento de Winnicott norteia as reflexões da autora.

**Palavras-chave:** família, apoio, consumo, narcisismo, tradição.

### ABSTRACT

What is the designated place of families as far as emotional development is concerned? The maintenance of a family ideal based on romantic love in a society where tradition and heritage do not constitute any longer the basic of its social structure, is examined by the author. The social and psychic effects of a consumerism society are taken into account as far as production of subjectivity is concerned. Winnicott's theory guides the author on her reflections.

**Keywords:** family, support, consumerism society, narcissism, tradition.

## INTRODUÇÃO

A família pode ser pensada sob diferentes aspectos: como unidade doméstica, assegurando as condições materiais necessárias a sobrevivência, como instituição, referência e local de segurança, como formador, divulgador e contestador de um vasto conjunto de valores, imagens e representações, como um conjunto de laços de parentesco, como um grupo de afinidade, com variados graus de convivência e proximidade... e de tantas outras formas. Existe uma multiplicidade de formas e sentidos da palavra família, construída com a contribuição das várias ciências sociais e podendo ser pensada sob os mais variados enfoques através dos diferentes referenciais académicos.

É vasta a literatura tanto das ciências sociais como das humanas que apontam a importância da família no desenvolvimento psíquico da criança. Psicanalista que sou, não poderia discordar. Posso, contudo, indagar: de qual família estaremos falando? Qual família estaremos buscando? À qual família estaremos referidos?

Minha proposta é que possamos pensar a família para além de suas representações clássicas, de forma a refletir acerca do que realmente a realidade vem nos acenando há longa data.

Há algum tempo escuto que foi decretada a “morte da família”. Fala-se muito em crise de valores e do tempo em que a família oferecia amparo, segurança e bons padrões de moralidade às crianças.

Parece que é neste sentimento de ambivalência e também de perplexidade que nos encontramos atualmente. Talvez nossa sensação de desamparo, face a um estado de total anomia, leve-nos a buscar em velhas e conhecidas instituições a segurança e a felicidade que *acreditamos* terem elas nos oferecido em tempos “melhores”.

Contudo, é bom lembrar, como aponta Khel (2001), que esta mesma família “estruturada” deu origem às históricas de Freud, às neurose obsessivas e a todo o mal-estar psíquico que varreu a Europa no final do século, dando lugar para o surgimento da psicanálise.

Certamente não estou desconsiderando a importância da família no desenvolvimento psíquico do sujeito. Nem poderia! Minha indagação é de outra ordem:

Qual seria a razão para este retorno nostálgico à família? Podemos encarar a família como uma prisão ou um lugar de abrigo. Um espaço de trocas ou de isolamento coletivo. Um agente de mudanças ou um dispositivo de alienação. De qual família estamos então falando e o que estaríamos buscando?

## FAMÍLIA E REGULAÇÃO SOCIAL

Depois de Durkheim, tornou-se lugar comum na sociologia da família, falar do casamento como o espaço que serve ao indivíduo de proteção contra a anomia. Se falamos de situações anômicas, vale a pena examinarmos, mais detidamente, esta instituição como um instrumento criador de um "nomos", ou seja, a família, favorece um engajamento social que cria para o indivíduo uma espécie de ordem, na qual sua vida adquire um sentido, constituindo-o como sujeito.

Que a família vem mudando ao longo da história todos sabemos. O próprio conceito de família, tal qual a concebemos, data da idade moderna, sendo importante frisar, que estamos falando da família ocidental moderna. Tal família, fruto do Iluminismo como veremos a seguir, é caracterizada pelo predomínio dos valores democráticos e igualitários que tornaram possível, pelo menos ao nível das aspirações, a idéia de igualdade e dos direitos individuais entre homens e mulheres.

Contudo, grande parte da literatura acerca da família trata muito mais da família burguesa e de seus valores do que de famílias pobres. Frequentemente, tomam-se como universais tais valores, deixando de lado a grande contribuição do marxismo para o tema da família, qual seja, o caráter historicamente determinado da análise da família como instituição social.

Como aponta Castells, ao comentar esta suposta universalidade do modelo de família patriarcal

“ O modelo de família de núcleo patriarcal é uma realidade para pouco mais de um quarto dos lares norte-americanos e a versão mais tradicional do patriarcalismo, ou seja, os lares de casais legalmente casados e com filhos em que o único provedor é o marido, enquanto que a esposa se dedica ao lar em tempo integral, a proporção cai para 7% do número total de lares...”(1999:261)

Conforme pudemos observar, nas retrospectivas traçadas acerca da história da família brasileira desde o período colonial, fala-se pouco das famílias pobres, como aponta Zamora (s/d). Podemos creditar tal fato a diferentes motivos ou a uma combinação entre eles. Em primeiro lugar, a família patriarcal, de certa forma, já incluía em sua estrutura grupos pobres que participavam de sua manutenção. Tais grupos, contudo, não eram tidos como famílias independentes, dedicando-se a servir ao grupo dominante. Desta forma, os grupos dominados estavam sempre “integrados” perifericamente na conservação do grupo legitimado como familiar.

Por sua vez, o fato de não serem compreendidos como famílias enfraquecia sua força como grupo. Ficam interrogações sobre a pouca relevância dada à organização familiar “marginal”: se isto seria reflexo do que também acontecia na prática, ou seja, fruto de uma relação de dominação que ignorava ou mesmo sabotava outras tentativas de organização.

Segundo Maria Cristina Wissenbach (1998), no final do século XIX e início do XX, as poucas referências às classes populares se dão em função da perda da maior parte de seus registros obliterados “pelas crônicas oficiais e pelas mediações ideológicas dos que, por motivos diferenciados, se dignaram observá-los” (ibid.:129). Para a autora, o início da República e os adventos modernizantes e excludentes deste limiar entre séculos mobilizaram as populações pobres no sentido de construir e improvisar padrões de organização e sociabilidade.

A autora enfatiza que a população pobre não pode ser compreendida sem a exaltação de importantes fatos gerados no complexo contexto da época e que fizeram parte de suas vidas cotidianas. Segundo ela, o fenômeno da “mobilidade dos homens livres” e a “intensidade do processo de miscigenação” (ibid.:59) são fatos marcantes na caracterização das famílias pobres. Tais fenômenos indicam a existência de outras dimensões pelas quais eram tecidas novas formas de se organizar e de viver.

Se considerarmos que família e propriedade privada no Brasil estão intrinsecamente ligados, principalmente a partir do século XIX, pode-se supor que a família pobre e sem bens causasse certo “estranhamento” aos que compartilhavam destes valores vistos como naturais. Os relatos de observadores (brancos) mostram as famílias pobres e negras como sendo “desestruturadas” ou “promíscuas”, vistas sob a ótica etnocêntrica e eivada de preconceitos.

Emílio Willems (apud Pêcego 1999) argumenta que as “classes inferiores”, por não se estruturarem a partir da propriedade, não possuem uma base específica que sirva como estruturadora da ordem familiar. Tal visão parece impregnada pela visão higienista, com valores de “ordem” e “desordem” como aponta Pêcego.

Deve-se culpar a mãe pobre por procurar alguém mais experiente e acessível, quando a maior parte dos morros e favelas não têm posto de saúde? Vejamos o que dizia o médico em uma literatura de época:

.. “A pior doença que eu encontrei na minha vida é a vizinha. A vizinha é uma figura terrível.(...) então aquela mãe que teve o primeiro filho, chegou em casa, não sabendo de nada, não sabendo se vai ser uma boa mãe ou não e que o marido ainda de vez em quando dá como primeiro presente uma lata de leite em pó, na primeira visita da vizinha, que a criança estiver chorando você pode contar que a vizinha vai fazer tudo pra essa mãe parar de amamentar a criança. Então ela já chega dizendo: seu filho tá chorando porque tá com fome; seu leite salgou... Se o leite tem menos gordura e tem um aspecto mais aguado por causa disso e a

vizinha percebe ela diz: você tá dando é água pra ele, isso não alimenta ninguém, você tem é que fazer uma mamadeira e ensina uma mamadeira errada (...). Isso é um problema terrível, a vizinha é perigosa porque ela mina o terreno daquela mãe e ainda ensina coisas erradas...” (in Pêcego, 1999, pg53)

Resumidamente podemos dizer que a família foi capturada pela nova ordem disciplinar. No Brasil, este processo foi estreitamente ligado à transformação estratégica do Estado brasileiro moderno em luta contra o poder da estrutura colonial e patriarcal.

Para Santos (2002) apoiada em Winnicott, se o saber médico é importante, este não deve, contudo, ameaçar o saber intuitivo e natural que as mulheres adquirem sobre o ser mãe e criar filhos. Destituí-las deste conhecimento em nome de uma ciência da técnica - de ser mãe, é uma violência, uma intrusão. A relação da mãe com seu bebê deve ser considerada uma experiência singular, a ser construída com o auxílio da sustentação que o pai e o ambiente social podem fornecer.

É importante que o saber médico, com suas regras e normas instituídas, não se transforme em um fator de inibição do gesto espontâneo da mãe - o mais adequado para acolher o seu bebê, invertendo a equação básica para os efeitos de subjetivação/singularização: de mãe/bebê => meio ambiente, para meio-ambiente => mãe/bebê.

Mas retornemos às nossas questões iniciais. A família moderna, conforme dissemos anteriormente, é fruto do iluminismo e calcada em valores muito mais individualistas.

De acordo com Sennett (apud Vilhena 2004), a implantação do capitalismo industrial nas capitais, acompanhado por essa crença secular, imprimiu uma força, sem igual, para a privatização familiar, iniciando a desestabilização existente entre as esferas pública e privada observada na atualidade.

Segundo Pinheiro (2002) nesse momento, pressionadas e assustadas por terem que viver publicamente em um caos urbano e desconhecendo as coordenadas reguladoras do capitalismo, as pessoas passaram a se concentrar cada vez mais na esfera familiar, fazendo com que a família deixasse de ser percebida como um espaço diferenciado do público para se tornar um refúgio idealizado e moralmente superior.

Uma vez, supostamente, afastada da inspeção e intromissão externas, a família burguesa seguia regras rígidas e estáveis tornando segura a vida privada, sendo justamente essa idealização o que possibilitará que a legitimidade da ordem pública seja posta em questão. É o que propõe Habermas, ao afirmar que podemos observar, nesse momento histórico, a ocorrência de uma emancipação psíquica que corresponde à emancipação ocorrida no nível político-econômico.

Ainda que, ilusoriamente, a família burguesa tenha se pensado como independente do controle externo, posto que, na verdade, sua constituição foi historicamente determinada, tal ilusão de liberdade ofereceu as bases para a noção de que a família se estrutura a partir de três coordenadas distintas:

-o caráter voluntário: as pessoas se unem por vontade própria, revelação plena do individualismo na medida em que as pessoas perdem sua inscrição social e passam a contar individualmente;

-o amor natural: fundamento da noção de que aquilo que mantém a união matrimonial é a natureza humana e seus aspectos subjetivos estruturados pelos laços fraternos da paternidade e maternidade sem interesses econômicos;

-a educação: a finalidade da família é interna e não externa.

De acordo com Pinheiro (op.cit) essas três coordenadas se articularam de forma a sustentar a idéia de uma humanidade que deve ser inerente à natureza humana, fundando uma esfera que se emancipa de finalidades exteriores a ela, criando suas próprias leis de organização cujas coordenadas principais são o amor (revelado pelos laços de parentesco) e a sexualidade<sup>1</sup>.

Com isso, a esfera privada pôde ganhar espaço e ser tomada como paradigma a partir do qual a sociedade pudesse ser avaliada, imprimindo um interesse cada vez maior pela intimidade, própria e dos outros, abrindo-a a exploração e ao desvelamento.

Mas vejamos como estas se atualizam na família moderna.

## **FAMÍLIA, INDIVIDUALISMO E CONSUMO.**

Diz-se da globalização que esta teria eliminado as diferenças, apagado as cores locais, homogeneizado a cultura. Não estou bem certa de que concordo com esta afirmação. Espero, um pouco mais adiante poder desenvolver este tema.

Acredito sim, que o consumo desenfreado, o individualismo e a busca pelo rápido bem-estar tornou-se a marca de nosso tempo. Como aponta Debord (1967), em seu livro sobre a sociedade de espetáculos, não há espaço na sociedade atual para a reflexão, para o entristecimento, para o refletir sobre si mesmo, fenômenos estes que apontam para o mal-estar de nossa cultura.

No plano individual perde-se a singularidade do desejo, no familiar sentimo-nos distanciados, perdidos e explorados e no público transformamo-nos em uma sociedade de consumidores, amorfa enquanto corpo político, uma vez que descomprometida com as singularidades do outro.

O que observamos então é que a família, herdeira do individualismo, sente a refração em si mesma deste mesmo individualismo exacerbado, fazendo com que cada vez mais se façam ouvir

os clamores, muitas vezes nostálgicos, pela volta dos valores tradicionais, pelo respeito aos mais velhos, pelo compromisso com o outro.

Atribuir esta pseudo desagregação familiar a fatores de ordem apenas sócio-econômicos, tais como o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, à revolução sexual ou mesmo às condições de pobreza não parece suficiente. É preciso examinar, ainda que rapidamente, o caldo de cultura onde esta nova sintomatologia se ancora.

Em nossa moderna cultura o indivíduo vale muito mais do que a comunidade; nossos laços são estabelecidos mais em função de uma satisfação pessoal do que de alianças e de tradições. Nossas identidades são negociadas e apoiadas, prioritariamente no real dos atos, tais como corpo, etnia, indumentária, preferência sexual, do que na cadeia das filiações simbólicas e geracionais e nas tradições.

Nossos dramas são todos psicológicos e dizem respeito à subjetividade de cada um. O afeto toma primazia sobre os contratos e toda nossa relação com as instituições e suas leis são negociadas.

Na modernidade o fato social passa a ser um drama interno do sujeito - se o adultério era antes crime, ele agora é uma questão ética individual; da mesma forma, dificilmente um criminoso escapará de ter seu perfil psicológico esmiuçado diante das câmeras de tv...

Enzensberger (1995), em seu magnífico ensaio sobre a guerra civil, nos diz que a modernidade fez desaparecer o conceito de crime, instaurando em seu lugar o “caso clínico”. A patologia social é, freqüentemente, reduzida a uma patologia psíquica. Da mesma forma, dizem os religiosos, o pecado foi substituído pelo “sintoma”.

Estamos, com bastante assiduidade, buscando aonde o laço afetivo se rompeu, qual a rejeição sofrida, onde localizamos o trauma. Desta forma vamos construindo marcas identitárias cada vez mais segregadas e com menos elasticidade e plasticidade social. Assim temos: os gays, os negros, os índios, as vítimas de abuso, os menores infratores, as modelos, os que malham, os que consomem e os que são consumidos, apenas para citar alguns exemplos mais comuns.

Da mesma forma, a eleição do amor, como eixo central de nossas escolhas e de nossas vidas, não poderia deixar de trazer conseqüências enormes para a família. Se ao invés da tradição, do compromisso com a comunidade, da perpetuação através das gerações, elegemos um afeto tão forte e tão frágil simultaneamente, como norteador de nossas vidas as conseqüências não tardam em se manifestar.

O amor é para o homem moderno o centro da sua existência. Mas, lembremo-nos de que nem sempre foi assim. Antes de se estabelecer a concepção do homem como uma unidade autônoma, eram os valores coletivistas que regiam a conduta, os interesses humanos. A ordem representada pela ordem patriarcal sobrepuja-se a possíveis objetivos individuais, não havendo lugar para preocupações com a realização pessoal.

É só a partir, aproximadamente do século XVIII, que a sociedade ocidental, apoiada cada vez mais na valorização da individualidade, organiza-se sobre a égide do culto ao amor, estando

a concepção deste sentimento especialmente associada às exigências românticas da complementaridade.

Desse modo, ainda que a experiência concreta muitas vezes contradiga o lugar do amor nas relações familiares, permanece a crença de que só devemos nos casar por amor - qualquer outro critério de escolha é hipócrita ou decorrente da necessidade econômica.

Em nossa modernidade qualquer outra razão simbólica, como assegurar a descendência, ou realista, mais braços para a lavoura, ameaçam a nossa sede de autonomia, uma vez que estão submetidas a razões externas a nossa vontade. Por isso devemos nos casar por amor.

Mas amor a quem? Sabemos que o que fazemos por amor fazemos por nós mesmos.

### **NOSSOS FILHOS TÃO QUERIDOS...**

Amamos nossas crianças também como imagens de nossa própria felicidade. Esperamos delas que realizem o nosso projeto. Queremos ser amigos, pares, iguais - e talvez por isso não conseguimos mais estabelecer nenhum tipo de regra e autoridade. Toda a autoridade passa ser vivida como autoritarismo, como uma ameaça a esta felicidade desejada a este amor tão propalado. Aos pais, como aponta Lasch (1977) caberia cada vez mais apenas a tarefa amorosa, sendo delegada a outras instâncias públicas a tarefa educativa.

Segundo Khel (2001)

“os pais e/ou educadores, em dívida para com a família nuclear conjugal do passado, não conseguem sustentar o seu lugar de autoridade e responsabilidade na criação dos rebentos... Por um lado, as crianças são altamente investidas narcísicamente como única esperança de adultos desgarrados de seu próprio lugar como filhos e herdeiros de algum passado.”(pg 37)

Mas, por mais duro que isto possa parecer, imagino que ninguém duvide que é muito mais fácil educar, cumprir as obrigações tradicionais com as crianças do que o imperativo de amá-las. Então, o que observamos? Qualquer ameaça a este amor tão fundamental, qualquer dúvida acerca de sua existência ou suficiência (e nunca é suficiente, pela própria demanda infantil), joga o adulto na mais profunda angústia e culpa, uma vez que representa uma ameaça a esta necessidade narcísica de ver suas crianças sempre felizes.

“Afinal os adultos também querem se recuperar narcísicamente à custa de seus filhos; na cultura do individualismo e do narcisismo, os filhos são nossa esperança de imortalidade e perfeição. Ninguém quer errar, ninguém quer se arriscar; portanto,

poucos pais sustentam o ato necessário para fazer de seu filho um ser da cultura, um sujeito barrado em seu gozo”. (p37)

Como bem apontava Freud amamos nossas crianças como ectoplasmas de uma perfeição que as contingências da vida de certa forma nos negaram. Delas esperamos que nos ofereçam uma imagem de plenitude e de felicidade com a qual possamos nos identificar e amar a nós mesmos. A criança é a caricatura da felicidade impossível.

Mas nessa nova forma de amor, as crianças, que não mais se vestem de crianças, mas sim de adultos em miniatura, devem ser poupadas das agruras e responsabilidades da vida, inseridas em uma pedagogia de puro prazer. Os adultos para serem felizes, devem manter a infância distante daquilo que desgostam tanto - o peso da dívida com as gerações anteriores, o compromisso com a comunidade, a hesitação moral ou o rigor da lei. Nas palavras de Costa (1994) queremos que nossas crianças sejam anões, de férias, sem lei - e sem dúvida parece que estamos conseguindo.

A não imposição de limites, o “medo” de desaprovação que norteia o comportamento do adulto, redundando em uma espécie de abandono da função paterna – da responsabilidade e da autoridade. Não importa se não houve um abandono concreto, mas o adulto refém da aprovação infantil, renuncia, da mesma forma ao seu lugar na cadeia geracional. Para Khel o abandono das crianças *mimadas* e de *família* (a autora não está falando das crianças de rua) é o *abandono moral*.

Nas sociedades tradicionais o amor parental é incondicional uma vez que as crianças são amadas pela garantia de reprodução, pela descendência. O mesmo não acontece na sociedade moderna, o que ajudaria a nos sugerir algumas pistas acerca da aparente contradição do nosso tão grande amor pelas crianças e o estado que estas se encontram no nosso país. Da prostituição infantil ao massacre deliberado, da mortalidade ao trabalho escravo, como conciliar este amor narcísico e tudo que vimos descrevendo com a realidade de nossa infância?

Seria possível pensar em um narcisismo parental que só operaria das classes médias para cima? Como pensar o poder que a miséria real teria para mudar a nossa relação com estas crianças? A explicação estaria não na diminuição mas sim no excesso deste narcisismo parental.

Segundo Calligaris (1996) nosso amor narcísico, ao contrário das sociedades tradicionais, impõe condições e, em condições de miséria real, a criança que não corresponda aos nossos devaneios, não é mais nada - se as crianças não são amadas por serem descendência, mas sim por serem a imagem da felicidade, um defeito físico, ou a miséria real comprometem o investimento parental.

A elaboração de conceitos como o de “castração simbólica” - destituindo o sujeito de sua onipotência narcísica infantil e inserindo-o na ordem simbólica da cultura, mostrou que, se o homem não acede à lei compartilhada ou pacto social, pode vir a disseminar práticas que trazem a marca da exclusão e da intolerância com a alteridade.

Essas práticas, avessas ao que se vislumbra no horizonte da psicanálise, contribuem, sobretudo, para um processo de dessubjetivação e de insularização do indivíduo; ou ainda, para aquilo que os discursos da contemporaneidade têm nomeado de banalização da vida em si mesma e dos sentidos da existência.

Desta forma, o que me importa a imagem da criança do vizinho? Imagem só a minha. Assim, seu corpo desinvestido narcísicamente, se oferece ao sexo, sua morte não me afeta, uma vez que ela jamais poderia espelhar a minha felicidade.

A partir daí voltamos à nossa indagação inicial: qual a família que queremos construir?

## A FAMÍLIA QUE QUEREMOS

Freud, em 1912, escreveu “Totem e Tabu”. Segundo ele, os quatro ensaios desta obra representam uma primeira tentativa de aplicar o ponto de vista das descobertas psicanalíticas ao campo da psicologia social. Para além desta proposta, Freud enfatiza a importância da pesquisa multidisciplinar, criando interfaces da psicanálise com outros campos de conhecimento. Trata-se de um estudo sobre a vida mental e os processos psíquicos que a norteiam, realizado a partir de um ponto de vista contextualizador. Neste ensaio, Freud reafirma, mais uma vez, a importância de se pensar o homem historicamente, no cerne de seu meio ambiente cultural, atravessado pelas vicissitudes do tempo e do espaço que constituem sua realidade psíquica.

Sabemos que a aceitação dos limites impostos pela realidade objetiva constitui uma tarefa inelutável. O ser humano vive permanentemente a tensão de ter que relacionar a realidade interna - subjetivamente concebida -, com a realidade externa - objetivamente percebida. Abrir mão da fantasia onipotente, "cair na real", dói muito! No entanto, essa negociação entre a fantasia e a realidade é necessária para que os desejos se realizem fora da patologia. Mas, paradoxalmente, não se trata de uma passagem definitiva, derradeira. O desejo está sempre ali, criando tensão, buscando realização. E cada um negocia como pode...na pobreza e na riqueza de seus recursos psíquicos! (Vilhena & Santos, 2000a).

Ao afirmar que “não existe um bebê sem a sua mãe”, Winnicott estava referindo-se a um princípio fundamental para a compreensão do seu conceito de *self*, que, segundo sua teoria do relacionamento parental, está presente a cada momento do processo maturacional do indivíduo: não existe o *self* sem o outro; o *self* acontece no mundo. Em 1967, Winnicott assinala que quando se fala de alguém, fala-se dessa pessoa com a soma de suas experiências culturais.

De fato, aprendemos com Freud que a busca do prazer será sempre mediada pela realidade, simbolizada na forma da lei, sem a qual não haveria civilização. E que tudo aquilo que não se elabora psiquicamente, o que não pode ser simbolizado, repete-se no real dos atos. No ato sintomático, na doença psicossomática e no comportamento anti-social, encontramos o mesmo pano de fundo: a falência do trabalho de elaboração (*durcharbeiten*) psíquica, o trauma resultante de severas falhas ambientais, a privação e a deprivação.

Winnicott (1987), interpretou o sintoma anti-social como um pedido de socorro, um sinal de esperança. “Falem mal...mas falem de mim!”, reza um ditado popular. Isto, porque ser falado por um outro é ser reconhecido; é ganhar existência. Ser - antes de tudo -, é ser para alguém. Fato descrito por Freud desde o Projeto (1895), o sujeito humano se constitui pela ação específica (*spezifische aktion*), pelo gesto, pelo olhar e pela fala de um outro (o objeto).

Se falado - reconhecido e nomeado -, o sujeito pode então falar de si e do mal que lhe aflige. Porque falar - lembrar, repetir e elaborar - é também poder dar um testemunho, denunciar, visto que o “pacto de silêncio” é pacto de morte, condenando o sujeito ao apagamento psicossocial, ao trauma psíquico e à mortificação narcísica, provocada pela surdez e cegueira dos interlocutores -, seja a família, a sociedade ou o Estado.(Vilhena & Santos 2000b).

Como aponta Chauí, a violência reduz o sujeito condição de coisa e, como tal, esta não fala:

“Há, pois, violência quando sujeitos sociais são reduzidos tanto ao silêncio quanto a um puro ato de vingança. Sob este prisma o saber montado pelas ciências humanas é exemplar, uma vez que o silêncio imposto a seus "objetos" é apenas uma fala para responder à fala de um outro e não para expressar a realidade de suas existências” (Chauí, 1980:17-18).

A questão que se coloca, atualmente, poderia ser assim articulada: como pensar um campo clínico onde se observa uma variada sobreposição de objetos simbólicos (discursivos, sociais, políticos e culturais), fantasmáticos (psíquicos) e físicos (somáticos e ambientais)?

Talvez esta seja a nossa grande questão. *A lei de Gérson*, que nos diz que o bom é levar vantagem em tudo, é hoje uma expressão já consagrada no vocabulário nacional, lei instituída e estatuída no País. Existem leis de ricos e leis de pobres, leis da polícia e leis dos bandidos - lei da selva, lei do cão. Na lei do mercado o fundamental é vencer, conseguir o que se quer - os meios não importam. *Só os melhores, os economicamente arianos, deverão sobreviver!*

Sair da inércia de nossa insensibilidade, como afirmamos anteriormente (Vilhena & Santos 2000b) é redirecionar o potencial das sociedades humanas de construir, de reinventar a própria humanidade. Se as culturas como sabemos, são invenções, se não obedecem a uma determinação histórica a tarefa que se impõe, não apenas em nossa clínica, mas em toda nossa vida é, no mínimo, a de tentar repensar nossa relação e compromisso com o outro.

Em um trabalho intitulado “Provisão para a criança na saúde e na crise” (1962), Winnicott esclarece que ao se falar de provisão para a saúde o que interessa é o desenvolvimento emocional da criança e o estabelecimento das bases de uma vida de saúde mental. Segundo ele, prover para a criança é uma questão de prover o ambiente que facilita a saúde mental individual e o desenvolvimento emocional. Parte do pressuposto de que as forças no sentido da vida, da integração da personalidade e da independência são tremendamente fortes, realizando seu potencial segundo os *cuidados* oferecidos pelo contexto ambiental.(Santos 2001)

Winnicott nos fala de dois tipos de ambiente: o meio facilitador do desenvolvimento dos processos maturacionais inatos do indivíduo, e um outro, onde falhas grosseiras induzem ao trauma e ao aparecimento do *falso-self*. Um sujeito encarnado conhece o viver criativo pulsional; conquista um *self* pessoal psicocossomaticamente integrado, pronto para as trocas com o outro e com o ambiente.

Como aponta Santos (2001) o drama do indivíduo que não conquistou esta condição é intenso.

“O sujeito torna-se um ser errante num deserto afetivo/representacional, à mercê de angústias intoleráveis que refletem o vazio existencial de um *self* desencarnado. Ao contrário de um viver criativo, instala-se um sentimento de futilidade, tornando a vida sem sentido algum; esvaziando as relações interpessoais de qualquer possibilidade de investimento libidinal. Para Winnicott, o horror está em perder o sentido da vida, em não conseguir sentir-se real, e não no perder a vida, propriamente dita.”(p12)

É neste sentido que minha indagação permanece. Qual será o tipo de ambiente que seremos capazes oferecer às futuras gerações? Certamente não é justo que toda a fatura de nossas falências seja colocada na família. Afinal de contas, parece-nos que o Estado vem relegando, cada vez mais, suas responsabilidades para as Organizações Não Governamentais, comunidades, igrejas e outros atores sociais. Do Estado mínimo estamos passando rapidamente para o Estado nulo.

Contudo quais os artifícios que poderemos usar para reinventar as nossas famílias? Se a teoria freudiana pontua e acentua o inevitável mal-estar e ódio pulsional, acredito que Winnicott acene com uma perspectiva mais animadora.

Para Winnicott nada que diga respeito às pulsões vitais prejudica o desenvolvimento, salvo nos casos onde houve falhas na provisão ambiental. A cultura, para o autor, é um centro de vitalidade e de criação entre pares (não entre iguais) que reconhecem no outro e em si mesmo a responsabilidade pelo destino a ser construído.

Acredito que é neste “cuidar” de nossa cultura, de nossas heranças e de nossas tradições, sem nostalgias e com criatividade, que poderemos evitar o desmantelamento da rica vida associativa, fundamental no direcionamento das demandas coletivas e de uma sociabilidade positiva, solidária e fraterna.

**REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS:**

- CALLIGARIS C (1996) Crônicas do Individualismo Cotidiano, SP, Ed. Ática
- CHAUÍ, M (1980) A não-violência do brasileiro; um mito interessantíssimo (mimeo)
- COSTA, J.F. (1997) Utopia Sexual. Utopia Amorosa. In: Utopia e Mal-Estar na Cultura, SP. Hucitec
- (1994) A Ética e o Espelho da Cultura. RJ, Rocco
- DEBORD, G. [1967] A Sociedade de Espetáculo. RJ, Ed Contraponto, 1997
- ENZENSBERGER, H.M. [1990] Guerra Civil. SP, Cia Das Letras. 1995
- FOUCAULT, M. (1979) Microfísica do poder. RJ, Graal
- FREUD, S. [1929] O Mal-Estar na Civilização. In: E.S.B. Obras Completas, vol. XXI. RJ, Imago, 1980
- HABERMAS, J. (1981) A família burguesa e a institucionalização de uma esfera primária referida à esfera pública. In: Cenevacci, M. (org) Dialética da família, S.P: Brasiliense.
- KHEL, M.R. (2001) Lugares do feminino e do masculino na família. In: Comparato, M.C.M e Monteiro, D.S.F. (org) A criança na contemporaneidade e a psicanálise. São Paulo. Ed. Casa do Psicólogo. Pp 29-38
- LASCH, C (1977) Haven in a Heartless World-The Family Besieged, NY Basic Books, Inc
- PECEGO, I. (1999) Onde o perto é também longe: família e identidade em uma comunidade popular da zona sul carioca. Dissertação de Mestrado. Dept. de Psicologia, PUC-Rio
- PINHEIRO, N.B. (2001) Uma casa com paredes de cristal. Sobre o atendimento psicanalítico em hospitais gerais. Projeto de doutorado. Mimeo.
- SANTOS, A. (2002) Projeto Shantalla. Sobre as práticas do cuidar psicanalítico. Projeto de doutorado. Mimeo.
- VILHENA, J. & SANTOS, A. DE LEO M. (2000a) Quem cala... consente! A cultura da violência e a ética da psicanálise. In: Psychê; Revista Anual do Centro de Estudos e Pesquisa em Psicanálise da Universidade de São Marcos, ano 4, n.5, São Paulo

VILHENA,J. (1991) Viver Juntos nos Mata:Separarmo-nos é Mortal. A ilusão Grupal e a Incapacidade de Ficar Só. In: VILHENA,J. (org) Escutando a Família: Uma Abordagem Psicanalítica. RJ, Relume Dumará. pp11-28

VILHENA,J (1999) Até que o amor nos separe. Algumas reflexões acerca da família contemporânea. In Tempo Psicanalítico. N. 32. Rio de Janeiro, SPID. pp129-142

VILHENA,J., MAIA , M.V., NOVAES, J.V. & BITTENCOURT, M.I.(2004) Cortando e costurando a gente vai criando. A agressividade como forma de comunicação. In: VILHENA, J (org) A clínica na universidade. Teoria e prática. São Paulo. Ed. Loyolla/PUC. pp 205-226.

VILHENA, J. & MAIA, M.V.M. (2003) Nos deram espelhos e vimos um mundo doente. reflexões sobre agressividade, comportamento anti-social e violência na cultura contemporânea. In: Revista Eletrônica de Psicologia da Faculdade de Ciências da Saúde - FASU, FASU, Santa Catarina, v. I, n. 1. <http://www.revista.inf.br/psicologia>.

WINNICOTT, D. W. (1975) O Brincar e a Realidade. Imago, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_ (1978) Textos Seleccionados: Da Pediatria à Psicanálise. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1978.

\_\_\_\_\_ (1983) O Ambiente e os Processos de Maturação. Porto Alegre, Artes Médicas, 1983.

\_\_\_\_\_ (1987) Privação e delinqüência. Martins Fontes, São Paulo.

\_\_\_\_\_ (1990) A Natureza Humana. Rio de Janeiro, Imago,

\_\_\_\_\_ (1996) Os bebês e suas mães. São Paulo, Martins Fontes.

WISSENBACH, C. (1998) Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, N. (org.). História da Vida Privada no Brasil. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras. pp 45-67

---

<sup>i</sup> Com a psicanálise, posteriormente encontraremos a junção dessas duas primeiras coordenadas, já que, em seu corpo teórico a sexualidade se une aos laços de parentesco na travessia do complexo edipiano.